

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS – 2015						
ANEXO II - METAS FISCAIS						
DEMONSTRATIVO II - AVALIAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS METAS FISCAIS DO EXERCÍCIO ANTERIOR						
LRF, art. 4º § 2º, inciso I						
R\$ milhares						
Especificação	I - Meta Prevista - 2013	% PIB	II-Meta Realizada - 2013	% PIB	Variação (II-I)	
					Valor	%
Receita Total	17.073.918	16,75	17.303.811	16,98	229.893	1,35
Receitas Primárias (I)	16.292.072	15,98	16.511.621	16,20	219.549	1,35
Despesa Total	17.073.918	16,75	16.608.588	16,29	(465.330)	(2,73)
Despesas Primárias (II)	16.203.749	15,90	15.998.047	15,69	(205.702)	(1,27)
Resultado Primário III=(I-II)	88.323	0,09	513.575	0,50	425.252	481,47
Resultado Nominal	435.706	0,43	39.433	0,04	(396.273)	(90,95)
Dívida Pública Consolidada	4.037.106	3,96	3.145.071	3,09	(892.035)	(22,10)
Dívida Consolidada Líquida	3.017.300	2,96	1.222.306	1,20	(1.794.994)	(59,49)

Fonte: SEFA/DICONF
Obs: PIB 2013- R\$ 101.936 MIL

LEI DAS DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - 2015
ANEXO II - METAS FISCAIS
DEMONSTRATIVO III - METAS FISCAIS ATUAIS COMPARADAS COM AS METAS FISCAIS FIXADAS NOS TRÊS EXERCÍCIOS ANTERIORES

Os resultados fiscais positivos entre 2012 e 2014 que integram o Quadro Demonstrativo III permitem explicitar, de forma mais contundente, o firme compromisso da atual administração estadual em relação à busca por resultados fiscais equilibrados e em total respeito ao princípio da responsabilidade fiscal.

As projeções para os próximos exercícios consolidam essa expectativa, com resultados primários crescentes, e redução no valor da Dívida Fiscal Líquida, o que importa em variação negativa para as metas de resultado nominal a partir do exercício de 2015.

O menor resultado primário esperado para 2014 será decorrente da elevação nos investimentos, cuja evolução em relação ao efetivamente realizado em 2013 será da ordem de 56%, possibilitado pelo maior volume de operações de crédito efetivamente liberadas no atual exercício.

O maior ingresso de operações de crédito se refletirá diretamente na maior variação do resultado nominal em 2014, a partir da ampliação da Dívida Consolidada Líquida de R\$ 1,2 bilhão em 2013 para R\$ 1,8 bilhão em 2014.

Em relação ao endividamento é sempre importante e necessário destacar que apesar dessa elevação no saldo da dívida, o estado dispõe de uma ampla margem para contratação de operações de crédito, de acordo com a legislação federal sobre a matéria.

De acordo com a Resolução 43/2001 do Senado Federal, os estados podem se endividar em até 200% da sua receita corrente líquida (RCL), o que no Pará correspondia a apenas 10,34% ao final do exercício de 2013.

O ingresso de novas operações de crédito entre 2015 e 2017 também não farão com que o Estado se aproxime dos limites legais, observando-se, já a partir de 2016, uma inflexão no comportamento da Dívida Consolidada Líquida, com variações negativas nos valores dos resultados nominais, a partir das amortizações efetuadas nos contratos em vigor e do menor volume previsto para ingresso desse tipo de receita.

LEI DAS DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - 2015
ANEXO II - METAS FISCAIS
DEMONSTRATIVO III - METAS FISCAIS ATUAIS COMPARADAS COM AS METAS FISCAIS FIXADAS NOS TRÊS EXERCÍCIOS ANTERIORES

LRF, art. 4º § 2º, inciso II

R\$ milhares										
Especificação	2013	Var %	2014	Var %	2015	Var %	2016	Var %	2017	Var %
Receita Total	17.303.811	8,71	19.203.665	10,98	20.597.297	7,26	21.758.032	5,64	23.230.461	6,77
Receitas Primárias (I)	16.511.621	6,99	18.287.286	10,75	19.572.739	7,03	20.929.737	6,93	22.379.930	6,93
Despesa Total	16.608.588	11	19.203.665	15,62	20.597.297	7,26	21.758.032	5,64	23.230.461	6,77
Despesas Primárias (II)	15.998.047	12	18.268.042	14,19	19.490.683	6,69	20.647.069	5,93	22.127.617	7,17
Resultado Primário III=(I-II)	513.575	(53,95)	19.244	(96,25)	82.057	326,41	282.669	244,48	252.313	(10,74)
Resultado Nominal	39.433	(106,48)	584.442	1.382,12	277.719	(52,48)	(197.178)	(171,00)	(360.071)	82,61
Dívida Pública Consolidada	3.145.071	7,56	3.845.071	22,26	4.238.775	10,24	4.156.637	(1,94)	3.915.706	(5,80)
Dívida Consolidada Líquida	1.222.306	3,33	1.806.748	47,81	2.084.467	15,37	1.887.289	(9,46)	1.527.218	(19,08)
Nota: Valores a preços Correntes										
R\$ milhares										
Especificação	2013	Var %	2014	Var %	2015	Var %	2016	Var %	2017	Var %
Receita Total	18.326.466	8,78	20.357.805	11,08	21.771.343	6,94	22.919.911	5,28	24.450.060	6,68
Receitas Primárias (I)	17.487.458	7,06	19.386.352	10,86	20.688.386	6,72	22.047.385	6,57	23.554.876	6,84
Despesa Total	17.590.156	11,47	20.357.805	15,73	21.771.343	6,94	22.919.911	5,28	24.450.060	6,68
Despesas Primárias (II)	16.943.531	11,81	19.365.952	14,30	20.601.652	6,38	21.749.622	5,57	23.289.317	7,08
Resultado Primário III=(I-II)	543.927	(53,92)	20.400	(96,25)	86.734	325,16	297.763	243,31	265.559	(10,82)
Resultado Nominal	41.763	(106,49)	619.567	1.383,52	293.549	(52,62)	(207.707)	(170,76)	(378.975)	82,46
Dívida Pública Consolidada	3.330.945	7,64	4.076.160	22,37	4.480.385	9,92	4.378.601	(2,27)	4.121.281	(5,88)
Dívida Consolidada Líquida	1.294.544	3,40	1.915.334	47,95	2.203.282	15,03	1.988.070	(9,77)	1.607.397	(19,15)

Fonte: SEPOF/SEFA
Nota: Valores constantes a preços de Dez/2013 - IPCA

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - 2015
ANEXO II - METAS FISCAIS
DEMONSTRATIVO IV - EVOLUÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
AMF - DEMONSTRATIVO IV (LRF, ART.4º, §2º, INCISO III)

PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2013	%	2012	%	2011	%
Patrimônio/Capital	5.529.690	70,77	4.616.377	82,83	6.385.894	140,84
Reservas	43.888	0,56	43.888	0,79	43.888	0,97
Lucros ou Prejuízos Acumulados			(126.047)	(2,26)	(126.047)	(2,78)
Resultado do Exercício	2.240.415	28,67	1.039.361	18,65	422.888	9,33
Ajustes do Patrimônio/Capital					-(2.192.406)	
TOTAL	7.813.994	100,00	5.573.579	100,00	4.534.218	100,00

REGIME PREVIDENCIÁRIO						
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2013	%	2012	%	2011	%
Patrimônio	(643.225)	(280,19)	(71.980)	11,19	345.864	(480,50)
Reservas						
Lucros ou Prejuízos Acumulados						
Resultado do Exercício	872.795	380,19	(571.245)	88,81	(417.844)	580,50
TOTAL	229.570	100,00	(643.225)	100,00	(71.980)	100,00

FORTE: SIAFEM - Sistema Integrado de Administração Financeira para Estados e Municípios.

Notas:

- a) Elaborado em conformidade com as orientações contidas no Manual de Demonstrativos Fiscais 5ª edição, aprovado por meio da Portaria (STN) nº 637, de 18 de outubro de 2012. Este demonstrativo evidencia a evolução do Patrimônio Líquido (PL) dos últimos três exercícios anteriores ao ano de edição da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO).
- b) A Evolução do Patrimônio Líquido no triênio 2011 a 2013 alcançou os seguintes resultados patrimoniais R\$ 422 milhões, R\$ 1,039 bilhão e R\$ 2,240 bilhões, respectivamente. Vale ressaltar que no ano de 2011 houve a necessidade de realizar o registro de provisão para perdas dos créditos inscritos em dívida ativa em atendimento a recomendação exarada pelo Tribunal de Contas do Estado (TCE), com isso foi contabilizado o valor de R\$ 2,192 bilhões como ajuste de exercícios anteriores no patrimônio líquido acarretando redução no saldo, porém não afetando o resultado do exercício. Em 2012 o Patrimônio Líquido apresentou uma expansão de 22,92% em relação ao ano de 2011, dentre os fatores que contribuíram para esse crescimento destacamos o resultado orçamentário de R\$ 1,008 bilhão, inscrição de dívida ativa e incorporações de bens e direitos. No exercício de 2013 o Patrimônio Líquido apresentou um crescimento em relação a 2012 de 40,20%, que é resultante dos seguintes fatores: diferença positiva entre a receita orçamentária arrecadada e a despesa realizada no valor de R\$ 695,223 milhões, adicionados pela diferença positiva entre as mutações ativas e passivas que totalizaram R\$ 1,176 bilhão e também pelo valor de R\$ 369,316 milhões que corresponderam à diferença positiva entre os acréscimos e decréscimos patrimoniais, fazendo com que o Patrimônio Líquido atingisse o Valor de R\$ 7,814 bilhões.
- c) O Patrimônio Líquido do Regime Próprio de Previdência do Estado do Pará, constituído pelo Fundo Financeiro de Previdência do Estado do Pará (FINANPREV), Fundo Previdenciário do

Estado do Pará (FUNPREV) e pelo Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará (IGEPREV), apresentou nos exercícios de 2011 e 2012 Patrimônio Líquido negativo, em decorrência dos registros da Provisão Matemática Previdenciária com base na avaliação atuarial anual. A regra atuarial corresponde a uma projeção para o futuro, trazendo tais informações para os dias de hoje, concernentes às despesas e receitas, com o propósito de apurar o superávit ou déficit atuarial. No exercício de 2013 houve registros de reversão de provisões matemáticas previdenciárias e de reversão de provisão para perdas em investimentos ocasionando um superávit no FUNPREV de R\$ 771,329 milhões, que somado ao superávit do FINANPREV de R\$ 96,259 milhões e ao do IGEPREV de R\$ 5,207 milhões e